

## Sinais de Futuro: um Estudo de Caso sobre Movimentos Sociais Contemporâneos e Comunicação a partir das Experiências no Egito, Espanha e Estados Unidos<sup>1</sup>

Leila Salim Leal<sup>2</sup>

### Resumo

Pretendemos elaborar uma investigação sobre o papel da comunicação e da cultura nos processos políticos em que se inserem os novos movimentos sociais. É nosso interesse indicar caminhos para a superação de uma leitura acrítica, que simplesmente exalte o papel das novas tecnologias da comunicação nesses movimentos. A partir das experiências desenvolvidas em 2011 no Egito, na Espanha e nos Estados Unidos, buscaremos identificar as associações produzidas entre a comunicação, as redes sociais e a luta política a partir de um reconhecimento das disputas simbólicas com a mídia hegemônica que não prescindam dos necessários vínculos materiais.

**Palavras-chave:** comunicação popular; mídia alternativa; movimentos sociais.

O relatório *Civil Movements: the impact of Facebook and Twitter*, divulgado pela Dubai School of Government em maio de 2011 e integrante de um projeto permanente de avaliação sobre o uso de mídias sociais no mundo árabe (*Arab Social Media Report*), demonstra que o uso do Twitter foi uma constante nas mobilizações da chamada Primavera Árabe. No ranking dos assuntos mais comentados do ano de 2011 no mundo árabe (contabilizados através das *hashtags*, uma marca temática utilizada com o sinal “#” e associada às postagens, que permite indexar os temas tratados na rede), o tema “Egito” aparece em primeiro lugar, e o “Jan25”, referência ao dia 25 de janeiro e o início das mobilizações no mesmo país, figura em segundo lugar. O termo, que não ficou restrito a data, se tornou um símbolo da ocupação da Praça Tahrir e teve seu ápice de menções na rede social no dia 11 de fevereiro, data da queda do presidente Hosni Mubarak. Não por acaso, os sinais de internet e telefone móvel foram completamente interrompidos no país no período auge das manifestações, como parte da resposta repressiva do Estado. Entre 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 2011, não houve qualquer tráfego de internet no país. A pressão das mobilizações e sua repercussão no mundo forçaram uma atitude defensiva de Mubarak e o retorno da liberação do sinal em 3 de fevereiro.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda em Comunicação e Cultura na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; email: leilasalimleal@yahoo.com.br

Em entrevista ao programa EBC na Rede, da Empresa Brasil de Comunicação, o chargista brasileiro Carlos Latuff, conhecido por seus desenhos inseridos na militância social de esquerda, relembra o papel de suas charges na Primavera Árabe: seus trabalhos eram constantemente vistos em cartazes na Praça Tahrir, desenhados em muros das cidades, reproduzidos em panfletos e, também veiculados nas redes sociais. Ele conta que o próprio contato que possibilitou essa participação foi feito através das redes sociais. Latuff, conhecido mundialmente por suas charges em apoio à causa Palestina, mantém um perfil ativo no Twitter, em que, além de discutir política, apoiar e divulgar movimentos sociais de todo o mundo, divulga seus desenhos. Foi através do Twitter que os manifestantes egípcios contataram Latuff e lhe pediram que fizesse charges para utilização nos protestos.

O chargista destaca que, além de cumprir esse papel de possibilitar contatos e difundir as chamadas para as mobilizações, a rede social foi fundamental para que pudesse se inteirar e compreender a complexidade política do processo por que passava a região. Diante do cerceamento e controle da imprensa daqueles países pelos governos (por censura ou comprometimento editorial com os governos), o Twitter era um meio que possibilitava a difusão de informações próprias dos movimentos, sem o filtro da mídia comercial.

Essa necessidade de produção de veículos e informações alternativos, próprios dos movimentos e sem o filtro da censura estatal ou do comprometimento da mídia comercial é, talvez, o principal motor imediato para a produção tão intensa no campo da comunicação que caracteriza tão fortemente os movimentos sociais contemporâneos. O papel ideológico desempenhado pelos grandes meios de comunicação em todo mundo, em uma sociedade radicalmente marcada pela velocidade, intensidade e presença das produções simbólicas em todas as esferas de sociabilidade, é amplificado de forma decisiva. Assim, a compreensão de que a luta política não pode prescindir da luta pela informação e, dessa forma, da formação da consciência e dos consensos na sociedade, avança na mesma medida em que avançam as mobilizações. A constatação e denúncia dos limites da informação hegemônica, seja por um tratamento midiático superficial, fragmentário, ou diretamente criminalizante, passa paulatinamente a deixar de ser uma preocupação exclusiva dos movimentos ligados à comunicação e a ocupar a pauta política dos movimentos sociais como um todo. Somam-se a isso, obviamente, as facilidades técnicas de se produzir e veicular conteúdo na comunicação, com a difusão das novas tecnologias e sobretudo da internet móvel.

Além da utilização das redes sociais, ocuparam papel central nesse contexto também os diversos canais de transmissão ao vivo dos protestos na internet, tanto na Primavera

Árabe como nos EUA e Europa, especialmente na Espanha. Através de plataformas como *livestreams* e *twitcastings*, a captura de imagens por câmeras ou aparelhos de telefone celular conectados à internet é veiculada ao vivo por sites na internet. Os dados são enviados por ‘pacotes’ multimídia e podem ser acessados através dos sites tanto via web como por aparelhos móveis. Difundiram-se, assim, canais de transmissão ao vivo dos protestos, em sua maioria veiculados através das redes sociais. Os sites transmissores, muitas vezes, se transformaram em portais mais amplos de informações, que remetiam para outras produções, especialmente audiovisuais, veiculadas em plataformas para divulgação de vídeos gravados, como Youtube e Vimeo.

Foi o caso do portal Sol TV<sup>3</sup>, que, além de divulgar canais de transmissão ao vivo dos protestos na Praça Puerta Del Sol, em Madrid, aglutinou em contas próprias no Youtube e Vimeo uma série de vídeos mais elaborados, com entrevistas, narrações e outros, produzidos durante a ocupação. Na descrição do portal, destaca-se que, durante a ocupação, em maio de 2011, o portal transmitiu ao vivo por 136 horas ininterruptas e contou com 10 milhões de visitas no total.

A convergência das diversas mídias multiplicou a divulgação dessas plataformas de transmissão ao vivo, até então muito restritas aos militantes da área da comunicação e produtores de audiovisual e pouco usadas no cotidiano da população. As redes sociais, sobretudo Facebook e Twitter, divulgavam os links dos canais e suas transmissões, o que permitia que as transmissões pudessem ser acompanhadas, além de diretamente pelos sites, também através das redes sociais. No caso espanhol, uma das principais páginas no Facebook, *Spanish Revolution*, que aglutina mais de 240 mil pessoas, divulgava diretamente diversos canais de transmissão ao vivo em maio de 2011. No Facebook e em diversos sites e blogs, as *hashtags* do Twitter #spanishrevolution #acampadasol passaram a ser identificadas como ‘convocadoras oficiais’ dos acampamentos de praça do dia 15 de maio em todo o país. Assim, o “Movimento 15-M” passou a ser identificado como um processo de ocupação coletiva de praças convocado pelo Twitter com o uso daquelas marcas de identificação.

O site *Toma la Plaza*<sup>4</sup>, vinculado como o site oficial da página de Facebook *Spanish Revolution*, reúne notícias sobre acampamentos de praças em toda a Espanha e em alguns outros países, cataloga as mobilizações por locais e direciona, por links, para suas páginas específicas. É um site com grande visibilidade, que conta com a divulgação da que é umas

---

<sup>3</sup> <http://www.soltv.tv/soltv2/index.html>

<sup>4</sup> <http://tomalaplaza.net/>

das principais páginas no Facebook relacionadas à mobilização espanhola e aparece, assim, como uma referência do processo de lutas.

É interessante destacar, no entanto, que essa página e o site que a corresponde como uma espécie de ‘central das ocupações de praças’ não fazem qualquer referência ao *Democracia Real Ya* (DRY), que acabou se consolidando como um dos mais expressivos e reconhecidos resultados organizativos do processo de luta na Espanha. Enquanto a página *Spanish Revolution* descreve-se como o instrumento de divulgação de um conjunto difuso de indivíduos, plural, apartidário, que não representa nenhuma associação e resulta apenas da disposição de continuar em luta daqueles que participaram dos primeiros protestos em maio de 2011, o DRY já se propõe e apresenta como grupo, com identidade política e propostas coletivas. A recusa à organização partidária e o reconhecimento de sua composição plural também aparecem, mas a noção de que se trata de uma forma de um movimento político, uma associação, é determinante.

A página do DRY no Facebook agrupa um número significativamente maior de pessoas que a *Spanish Revolution*: são mais de 520 mil que a acompanham. No Twitter, o seu perfil tem mais de 220 mil seguidores. O seu principal instrumento aglutinador é o seu manifesto, de mesmo nome, que também cumpriu papel central na convocação dos protestos de 15 de maio de 2011. O *Manifiesto Democracia Real Ya* circulou inicialmente como uma convocatória dos atos e ocupações do 15-M, antes que o DRY se consolidasse como grupo propriamente. Foi o desenvolvimento das lutas e mobilizações que, paulatinamente, conformou o DRY não como um manifesto, mas como um grupo político.

O seu site<sup>5</sup>, inclusive, reforça seu caráter plural e se propõe a aglutinar e divulgar as plataformas de outros grupos e associações, ao mesmo tempo em que solicita que esses grupos se somem, assinem e divulguem o seu manifesto. O manifesto, que continua ocupando posição de destaque no site, está traduzido em diversas línguas e segue coletando assinaturas online. Destacamos a importância destinada à divulgação e mobilização pela internet que pode ser identificada aí: o manifesto e a coleta de assinaturas online acabaram se tornado um ‘espaço’ aglutinador, mobilizador e mesmo formulador da identidade política, com os potenciais e limites que isso traz para a política concreta.

O seu conteúdo expressa centralmente a crítica à ordem política e econômica como algo que se opõe ao desenvolvimento e a garantia das condições de vida da humanidade em benefício de uma minoria representada pelos bancos, empresários e governos. Não

---

<sup>5</sup> <http://www.democraciarealya.es>

apresenta uma proposta estratégica de organização e produção da vida que possa substituir a ordem estabelecida, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de sua superação definitiva para a conquista da chamada ‘democracia real’. Defende eixos gerais que devem ser prioritários em qualquer sociedade, como a igualdade, o progresso, a solidariedade, o livre acesso à cultura, a sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento, bem-estar e felicidade das pessoas, apontando como direitos básicos que devem ser garantidos nessas sociedades o direito à moradia, trabalho, cultura, saúde, educação, participação política, livre desenvolvimento pessoal e o direito ao consumo dos bens necessários para uma vida saudável e feliz. O manifesto afirma, depois, que o atual funcionamento do sistema econômico e governamental não atende a essas prioridades e é um obstáculo para o progresso da humanidade.

A crítica ao regime instituído baseia-se no entendimento de que ele rompe o princípio fundamental da democracia, que, por definição, deve ser um governo do povo. A identificação é de que a maior parte da classe política não escuta o povo, enquanto suas funções deveriam ser de levar a voz do povo às instituições e promover a participação política cidadã, e atua em benefício dos grandes poderes econômicos, agarrando-se ao poder através de uma ditadura encabeçada “pelos imóveis siglas do PPSOE”. Essa sigla representa a junção dos partidos PP e PSOE.

A identificação central da origem das desigualdades em um sistema que privilegia as necessidades dos grandes grupos econômicos e, para isso, produz pobreza e miséria à maioria da população fica clara: “A vontade e o propósito do sistema é a acumulação de dinheiro, priorizando-a em relação ao bem-estar da sociedade. Dissolvendo recursos, destruindo o planeta, gerando desemprego e consumidores infelizes”. O manifesto, seguindo o mesmo princípio de identificar as minorias beneficiadas e as massas precarizadas (os 99%, conforme apresentamos no capítulo anterior), destaca que os cidadãos (não se usa o termo ‘trabalhadores’ em momento algum) são “parte da engrenagem de uma máquina destinada a enriquecer uma minoria que não sabe nem de nossas necessidades”, são “anônimos, mas sem nós nada disso existiria, pois somos nós que movemos o mundo”.

O final do manifesto é também emblemático em relação à discussão que apresentamos anteriormente, ao expressar os limites estratégicos e a contradição de um movimento que questiona as consequências e a aparência da estrutura do sistema capitalista, mas não identifica a própria estrutura como objeto de questionamento e transformação

política. A defesa mais ampla que se faz é por uma “Revolução Ética”, que supere a lógica que colocou o dinheiro acima do ser humano e ponha o dinheiro a serviço da humanidade: “Somos pessoas, e não produtos do mercado. Não sou somente o que compro, por que compro e de quem compro”.

O manifesto do Movimento Occupy, nos EUA, também expressa de maneira definitiva essas questões, tanto do ponto de vista da forma, com a centralidade da divulgação e difusão pela internet, coleta de assinaturas online etc., como do ponto de vista do conteúdo, orientado pelo eixo organizador das maiorias precarizadas e indignadas com o sistema político e econômico que beneficia uma minoria cada vez mais estreita e não representa o princípio democrático de um governo que atenda ao povo. Nossa análise não dissocia as questões de ‘forma’ e ‘conteúdo’ das mobilizações: buscamos identificar que a própria relação que os movimentos estabeleceram com a comunicação durante seus processos de mobilização e formulação diz respeito ao conteúdo de suas proposições, sua identificação política e o nível de consciência que expressam.

A declaração do Occupy de Nova Iorque, em que pese a diferença em relação ao Manifesto DRY de não ter sido um instrumento de convocação aos grandes protestos e sim fruto direto da ocupação, tendo sido aprovada em assembleia realizada no dia 29 de setembro de 2011, tem identidades explícitas com o processo de lutas espanhol. A crítica a uma democracia controlada pelo grande poder econômico, à qual se contrapõe a defesa de uma ‘democracia real’, é precisamente a mesma: “Como um povo, unido, nós reconhecemos a realidade: (...) que um governo democrático deriva seu poder apenas do povo, (...) e que nenhuma democracia real é atingível quando o processo é determinado pelo poder econômico”. O manifesto segue destacando a contradição entre as condições de vida da maioria da população e os interesses da minoria representada pelas corporações e bancos, orientados pelo lucro. Essa oposição aparece sintetizada sob a forma de “lucro acima das pessoas, interesses privados acima da justiça, e opressão acima da igualdade”, e o manifesto reafirma o caráter pacífico da manifestação afirmando que seu interesse é expor a verdade sobre essas contradições.

Vários itens são listados para dar visibilidade à situação, e sintomaticamente a questão da moradia, hipotecas não pagas e desapropriações indevidas é o primeiro deles. Em todas as denúncias, os responsáveis identificados são “eles”, a minoria, o 1% que controla o sistema. A lista de denúncias segue, assim, e os responsabiliza pela retirada dos créditos bancários dos contribuintes e a manutenção dos bônus financeiros às corporações;

pela discriminação no trabalho por idade, cor da pele, sexo, identidade de gênero e orientação sexual; pela monopolização do sistema agrícola e a oferta de alimentos ‘envenenados’ por transgênicos; pelos lucros exorbitantes advindos da tortura de animais; pela tentativa permanente de tirar dos trabalhadores o direito de negociação e luta por melhores salários e condições de trabalho; pelo endividamento dos estudantes em troca do acesso à educação, que deveria ser um direito; *pelo uso da força militar e policial para impedir a liberdade de imprensa*; por continuar a determinar os rumos da política econômica, mesmo diante dos fracassos catastróficos de suas políticas; pela corrupção do sistema político com a doação de grandes quantias àqueles que têm o dever de fiscalizá-los; pelo bloqueio aos medicamentos genéricos e acessíveis, que poderiam salvar vidas, para proteger os investimentos da indústria farmacêutica e o lucro que geram; *pelo controle da mídia, que os permite manter as pessoas mal informadas e com medo*; pela perpetuação do colonialismo e participação na tortura e assassinatos de inocentes em todo o mundo; pela criação de armas de destruição em massa e muitos outros itens, que tratam ainda da terceirização no trabalho, da preservação do meio ambiente, dos derramamentos de petróleo, do controle das matrizes energéticas etc. No campo de todos os direitos, como moradia, trabalho, saúde, alimentação, educação e comunicação, aparecem as limitações e violações impostas “por eles”.

A página do *Occupy Wall Street* no Facebook, criada em setembro de 2011, é acompanhada por mais de 420 mil pessoas. A sua descrição é o próprio manifesto aprovado em assembleia, e funciona de maneira muito semelhante às páginas das mobilizações dos indignados espanhóis. Remete para canais de transmissão ao vivo, posts no Twitter, blogs e, como site oficial, ao endereço da página do Movimento Occupy<sup>6</sup>. Os posts de setembro de 2011, período auge das ocupações nos EUA, fazem referências diretas às mobilizações árabes e européias. Uma das principais chamadas para o primeiro dia de ocupação, 17 de setembro, foi uma foto, postada muitas vezes na página do Facebook e também no Twitter e diversos blogs, que trazia os dizeres “*Is America Ripe for a Tahrir Moment?*” (os Estados Unidos estão prontos para um momento Tahrir?) sobre a imagem de uma concentração de pessoas, sem rostos visíveis, com sapatos nas mãos (em referência ao ato típico de protestos e rechaço na cultura dos países árabes) em frente ao prédio da bolsa de valores de Nova Iorque, no qual está pendurada uma bandeira modificada dos EUA, com as marcas das grandes corporações no lugar das estrelas que originalmente a compõem.

---

<sup>6</sup> <http://occupywallst.org/>

Outro importante instrumento, muito divulgado através do Facebook e do Twitter, foi o *Tumblr* (uma espécie de blog com posts curtos que podem ser de textos, imagens, *gifs* animados ou vídeos) “*We are the 99%*”<sup>7</sup> (“Nós somos os 99%”). Sobretudo nos meses de setembro e outubro de 2011, posts diários na página *Occupy Wall Street* no Facebook linkavam para o *tumblr*, que trazia fotos individuais amadoras, feitas em casa, de pessoas com pequenos textos escritos à mão sobre suas vidas e o porquê de fazerem parte dos 99%. Assim, cada foto trazia um componente da maioria e sua situação de vida. Fotos de jovens desempregados, de pessoas despejadas de suas casas, imigrantes vítimas de racismo e discriminação, idosos excluídos do sistema de saúde, chefes de família endividados com bancos, estudantes endividados com o sistema de ensino privado, veteranos de guerra inválidos e desassistidos, negros excluídos dos postos de trabalho, mulheres vítimas de violência sexual, crianças filhas de desempregados, despejados e sem acesso à educação e muitas outras aglutinavam-se conferindo rostos e histórias aos “anônimos”.

Todos os textos eram encerrados com a frase “eu sou os 99%”, o que nos parece central como ferramenta de criação de identificação política e aglutinação sensível aos indivíduos. Se a identificação de uma estratégia política, como procuramos demonstrar na análise do manifesto do movimento, é vaga e difusa, ao mesmo tempo em que se reage de maneira unificada às mazelas da sociabilidade capitalista sentidas em vários aspectos da vida cotidiana, a identificação espontânea dos componentes dessa maioria como aqueles que expressam e cristalizam os resultados das opções feitas pelos controladores dessa forma de sociabilidade é gritante. E essa identificação, como procuramos demonstrar, ultrapassa fronteiras nacionais e se estende a “todas as pessoas que se sentem injustiçados pelas forças corporativas do mundo”, que são chamadas de aliados pelo manifesto do Occupy.

É a partir daí que queremos propor a contraposição do sentido político das produções de comunicação próprias dos movimentos sociais ao sentido e lógica dominantes no tratamento dado a esses processos pela mídia hegemônica. Foram muitas as reportagens, especiais, análises e entrevistas na grande mídia que trataram da Primavera Árabe, das mobilizações na Europa e do Movimento Occupy. Escolhemos, como recorte, o principal programa de análise política do canal a cabo GloboNews, ancorado pelo jornalista William Waack, reconhecidamente um dos articuladores e representantes da linha editorial do conglomerado de comunicação da família Marinho.

---

<sup>7</sup> <http://wearethe99percent.tumblr.com>



O programa “GloboNews Painei”, que recebe semanalmente convidados de destaque acadêmico e profissional para análises de temas contemporâneos, se propõe a ser um programa analítico, que apresente diversas opiniões sob um ponto de vista mais aprofundado do que as matérias exibidas nos telejornais. O âncora, Waack, não apenas promove questões e media o debate, mas também manifesta suas impressões e participa das discussões. O programa em questão foi exibido no final de fevereiro de 2011, e nos chamou a atenção por ser o terceiro em sequência especialmente dedicado ao debate da Primavera Árabe. Aproximadamente um mês após a renúncia de Mubarak no Egito, o “GloboNews Painei”, assim, dedicava-se pela terceira semana consecutiva à análise da Primavera Árabe, suas motivações, impactos e a previsão de seus desdobramentos.

A edição contou, além do âncora Waack, com os convidados Mohamed Habib, professor e pro-reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Gilberto Sarfati, professor de Política Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Wanderley Messias, professor de geografia da Universidade de São Paulo (USP). O que mais nos chama a atenção ao longo de todo o debate, e de onde partimos para, como dissemos acima, contrapor a lógica e o sentido das produções próprias dos movimentos ao enfoque da mídia hegemônica, é a utilização da fragmentação na análise como método prioritário e inquestionável. Os “diferentes pontos de vista” prometidos pelo programa partem desse método como pressuposto dado e natural.

Diferentemente de uma produção simbólica que, como buscamos mostrar acima, caminha no sentido de identificar, mesmo que com limites metodológicos, quem são os sujeitos envolvidos nos processos de luta, que pretende dar-lhes voz direta em suas reivindicações, relacioná-las com a conjuntura internacional de maneira ampla e que busca identidades e nexos que possam apontar para um, mesmo que vago, projeto comum diante de causas comuns, toda a discussão elaborada e desenvolvida pelo programa parte do pressuposto de negação de uma análise que se pretenda totalizante ou integrada no que se refere às causas e articulações estruturais do processo em questão. A forma de organização e produção da vida social dominante no mundo e suas conexões com a eclosão de mobilizações sociais, assim como a relação entre as condições imediatas de vida da população e o lugar que ocupam os indivíduos na produção e reprodução dessa sociabilidade não são temas sequer trazidos à pauta de análise como um dos elementos necessários à compreensão do fenômeno e suas consequências.

Waack abre o programa destacando que o próprio fato de uma terceira semana consecutiva tratando da Primavera Árabe dá a dimensão da importância do fenômeno, que caracteriza como “um dos fatos internacionais mais relevantes dos últimos anos”. O debate se desenrola a partir da questão proposta por Waack a respeito da previsibilidade dos acontecimentos na região norte da África. Nos chama a atenção que nenhum dos analistas sequer tenha mencionado o cenário internacional de crise do capitalismo contemporâneo e seus impactos no mundo árabe. A fragmentação e isolamento da estruturação material e da compreensão do sistema como totalidade ficam evidentes.

O professor Gilberto Sarfati destaca o fato de que a surpresa de parte da população mundial com as lutas no norte da África parte do pressuposto equivocado de que a região seria passiva e sempre tivesse aceitado os rumos políticos de seus países sem questionamentos aos seus governantes. Ele destaca, assim, que “o mundo árabe é agitado”, possuindo um histórico de processos políticos e manifestações, e encontra aí o nexo para a compreensão das mobilizações massivas na atualidade. O professor de política internacional ainda afirma que as análises que destacam o papel das redes sociais, como Facebook e Twitter, apontariam a presença das novas tecnologias como o fator explicativo, em si, do desencadeamento das mobilizações, e discorda dessas análises reafirmando que a região sempre foi turbulenta. Acreditamos que esse ponto de partida apresentado por Sarfati confirma a fragmentação metodológica que dá o tom do programa. A superficialidade na interpretação do papel da comunicação e redes sociais, assim como a afirmação de que as mobilizações na região eram esperadas porque se trata de uma região com histórico de manifestações, ignoram as especificidades do momento conjuntural do capitalismo contemporâneo e suas implicações para a política, a economia e as interações sociais entre os indivíduos.

Essa mesma noção fragmentária e superficial pode ser identificada em alguns dos pontos divergentes apresentados nas análises dos participantes. Como dissemos, acreditamos que tais “diferentes pontos de vista” localizam-se no mesmo campo de análise que assume a fragmentação e desconsideração da totalidade como pressuposto fundamental.

Uma dessas “polêmicas” aparece quando Wanderley Messias, geógrafo da USP, defende a tese de que a Primavera Árabe explica-se pela continuidade de um processo de luta por democracia desenvolvido nos últimos anos a partir do enfrentamento ao socialismo real no leste europeu. Ele disse considerar inevitável que um processo, por ele chamado de “onda de lutas pela democracia”, em desenvolvimento há mais de vinte anos, chegasse,

mais cedo ou mais tarde, ao mundo árabe. Sarfati discorda dessa tese ponderando que os movimentos dos fins dos anos 1980 no leste europeu não podem servir de padrão de comparação com a Primavera Árabe. Ele defende, assim, que não se trata de expressões de um mesmo processo iniciado há vinte anos, apontando que o determinante em relação às lutas no mundo árabe é o agravamento das condições de miséria *causado pelos regimes da região*. A Primavera Árabe marca, de seu ponto de vista, o momento em que a população se cansa dos privilégios da elite local. Essas diferentes posições são, para nós, emblemáticas da metodologia que estávamos discutindo acima: a discordância se dá no interior da negação da lógica da totalidade e mesmo da necessidade de compreensão do que significa um mundo que vive amplamente sob o modo de produção capitalista em escala global. A contestação de uma aproximação mecânica e arbitrária entre os movimentos contemporâneos no norte da África e o desmonte do socialismo real no leste europeu se dá partindo desse mesmo pressuposto, quando o agravamento das condições de vida e miséria que marcam a eclosão das atuais lutas é definitivamente isolado do momento por que passa a economia mundial capitalista integradamente.

Outra emblemática “polêmica” no GloboNews em pauta se dá quando Mohamed Habib sugere que é fundamental ampliar a análise para aquilo que chama de “forças ocultas” e seus interesses na região árabe. Seu apontamento se dá como resposta ao questionamento de Waack acerca do que caracterizaria a especificidade da eclosão das lutas no mundo árabe, ao que o próprio âncora sugere duas hipóteses: um sentimento de humilhação nacional ou de atraso em relação aos demais países da região. Mohamed aponta que os Estados Unidos e potências hegemônicas são responsáveis pela perpetuação dos regimes ditatoriais na região e também pela degradação de vida da sociedade árabe, já que acreditaram equivocadamente nos governantes árabes e foram por eles convencidos de que a única forma de garantir seus interesses específicos na região seria apoiando-as e às suas ditaduras. A tese de Mohamed é contraposta pelo próprio Waack, que afirma e reivindica o esforço recente da comunidade árabe de colocar em sua própria conta o que acontece de errado em seus países. Segundo Waack, uma análise qualificada da situação precisaria ser capaz, assim, de *isolar os fatores externos* e questionar, por exemplo, por que a sociedade civil árabe não foi capaz de criar instituições articuladas como outros países, entre eles a Turquia, criaram. Ele reafirma a tese acerca da presença do sentimento de humilhação nacional, que de seu ponto de vista explicaria essa tentativa de “sempre explicar pelo lado de fora o que acontece de ruim do lado de dentro”.

Também nesse caso fica explícita a concepção fragmentária. Mesmo na proposição de Mohamed, que sugere a necessidade de relação da situação árabe com a atuação das grandes potências mundiais, é perceptível uma noção subjetivista, que ignora a relação da geopolítica com a estrutura da sociedade capitalista. A explicação da postura dos EUA e demais potências como um “equivoco”, quase uma “ingenuidade”, por terem acreditado que precisavam de ditaduras para garantir seus interesses, sequer questiona o sentido de um país precisar garantir seus interesses (que interesses? De quem? Por quê?) em outra região do mundo acima de tudo. A resposta de Waack, por sua vez, aprofunda essa lógica, joga fora o esforço de compreensão da situação de maneira minimamente integrada e justifica esse movimento também do ponto de vista subjetivo, como uma espécie de “maturidade” que apontaria para a identificação dos erros “em si e não nos outros” (o que é reafirmando pelo âncora mais adiante no debate, quando diz que esse mesmo movimento ocorre na América Latina quando se busca “a culpa de tudo no imperialismo”).

Há ainda um outro item do debate que nos parece significativo. Toda a análise dos três convidados e do âncora, ao ignorar as relações da Primavera Árabe com o sistema capitalista em crise e apontar as especificidades das lutas na região não como parte e expressão particular de um momento da totalidade capitalista em crise, mas sim como um fim em si, reduziram o processo única e exclusivamente a lutas localizadas por democracia e em defesa de instituições já elaboradas nos países ocidentais. O programa, realizado em fevereiro de 2011 (portanto, antes dos protestos massivos na Espanha em maio e nos EUA em setembro do mesmo ano), não apontou qualquer possibilidade denexo, por mais remoto que fosse, das lutas na região com o mundo capitalista ocidental. Pelo contrário, os analistas foram unânimes em afirmar, inclusive, que os próprios países árabes que não tivessem a configuração ditatorial não seriam atingidos pela onda de protestos. Wanderley Messias afirmou que as mobilizações não se espalhariam, e que o central ali era a intolerância da combinação entre miséria e ditadura, o que obviamente deixava de fora um processo que se ampliasse para países com democracias sólidas. Esse eixo nos parece fundamental para compreender os pressupostos e o sentido do tratamento da mídia hegemônica à questão. A opção pela fragmentação como método e a negativa na identificação do que unifica todos esses movimentos – o sistema capitalista em crise e a luta dos que ocupam ‘condições de proletaridade’ nesse sistema, como defende Giovanni Alves – impede, em última instância, que se encontrem os nexos estruturais que os aproximam, centrando a análise apenas no aspecto aparente, que evidentemente diferencia e afasta o conteúdo das lutas em função das

profundas distâncias entre as formações sociais. A lógica da mídia hegemônica toma como pressuposto fundamental, assim, a negativa da compreensão do sistema capitalista como totalidade e da relação das lutas com a inserção dos indivíduos na produção e reprodução do sistema (a questão das classes sociais e a ampliação da condição de proletaridade durante a crise), ignorando, assim esses elementos como relevantes para a representação, análise e tratamento dos processos em luta.

Pretendemos, aqui, lançar alguns eixos gerais que nos parecem fundamentais para uma reflexão mais conclusiva acerca do tema da comunicação e seu lugar na constituição do projeto político dos movimentos sociais contemporâneos. Partiremos nas análises feitas anteriormente para refletir sobre a forma de produção simbólica desses movimentos e as maneiras como interagem com as especificidades das mobilizações, seus limites e potenciais. Complementarmente, buscaremos contribuir com algumas indicações acerca da constituição do sujeito político na atual fase do capitalismo, tendo como ponto de partida essas lutas sociais e suas relações com o capitalismo contemporâneo, inclusive com o tema da comunicação, da cultura e das produções simbólicas. Dessa forma, pretendemos contribuir com a reflexão acerca do lugar da comunicação e da cultura na política e nos projetos de transformação social contemporâneos sob a perspectiva da totalidade.

Slavoj Žižek<sup>8</sup> aponta, ao concluir o seu *O ano em que sonhamos perigosamente*, livro de 2012 em que trata de 2011 e os movimentos sociais contemporâneos, que a reflexão acerca desse processo e seu significado um ano depois demonstra como aquele despertar da política emancipatória radical em todo o mundo foi frágil e inconsistente. Ele destaca o cenário político e o destino das mobilizações no Egito e nos EUA como expressões dos sinais de exaustão desses movimentos. No entanto, nega que as únicas saídas possíveis diante disso sejam a “recordação narcisista e nostálgica” daqueles momentos ou a explicação cínica sobre seu necessário fracasso. Žižek, assim, aponta que “trabalho subterrâneo de descontentamento está em andamento: a fúria está crescendo e haverá uma nova onda de revoltas.” Retomando Walter Benjamin, ele propõe uma compreensão sobre o sentido histórico da Primavera Árabe, movimentos na Europa e nos EUA que nos parece particularmente interessante: eles são percebidos como *sinais de futuro*. O movimento, assim, não é o de buscar na análise desses movimentos um contínuo de passado e presente, mas, sobretudo, as marcas que trazem de um futuro que só esse mesmo futuro poderá revelar. São, assim, “fragmentos limitados e distorcidos (às vezes até

---

<sup>8</sup> ŽIŽEK, 2012.

pervertidos) de um futuro utópico que está inativo no presente como potencial oculto.” (ZIZEK, 2012, P. 130)

Essas considerações de Zizek nos parecem interessantes justamente por nos ajudarem a compreender os potenciais e limites desse processo político que estamos investigando. O fato de não se apresentarem, de forma pronta e acabada, como alternativa constituída ao capitalismo em crise, capaz de sintetizar suas contradições apontando saídas estratégicas claras no sentido da superação dessa forma de sociabilidade, não significa, necessariamente, que esses movimentos precisem ser encarados apenas e somente em sua aparência imediata e espontânea. Há uma riqueza de potenciais e limites os envolvendo que precisa ser levada em conta para a sua compreensão mais profunda, que os compreenda em seu momento histórico, a partir de suas mediações com a realidade concreta, e destaque aquilo que podem revelar sobre a realidade de onde emergem.

O tema da comunicação nos ajuda a refletir sobre as condições materiais das lutas políticas no capitalismo contemporâneo, a entender o papel da produção simbólica na formação da consciência e nas mediações desenvolvidas pelos indivíduos, assim como os motivos e consequências desse papel de destaque ocupado pela comunicação e pela cultura. As questões que nos parecem sintetizar parte significativa desses debates são, então: a constatação da centralidade ocupada pelas produções simbólicas nos processos políticos contemporâneos nos indica uma natureza necessariamente difusa, descentrada e que compreenda essas produções de forma autônoma em relação às estruturas materiais produtivas, já que reafirmam uma sociabilidade marcada pelas esferas cognitiva e imaterial? Ou, em contrapartida, o reconhecimento do papel da comunicação pode ser parte de um esforço de compreensão e formulação política que retome a categoria da totalidade e incorpore, assim, a produção simbólica a um projeto político orgânico e vinculado às noções de classe e transformação social global?

### **Referências bibliográficas**

COELHO, Alexandra. **Tahrir: os dias da revolução no Egito**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2011.

COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (Orgs.): **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT: **Arab Social Media Report, Civil Movements: The impact of Facebook and Twitter**. Dubai, 2011.

JINKINGS, Ivana (org). **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Reificação e Consciência de Classe - História e Consciência de Classe**. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989, 2ª Edição.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo Boitempo, 2012